



PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRANTE

PROVA OBJETIVA – PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

CADERNO DE QUESTÕES

ABORDADOR SOCIAL

ORIENTAÇÕES: LEIA COM ATENÇÃO!

1. Antes de iniciar a prova, o candidato deverá assinar o Cartão Resposta no local indicado, sob pena de eliminação no processo seletivo público.

2. **O CANDIDATO DEVERÁ TRANSCREVER A FRASE A SEGUIR NO LOCAL INDICADO NO CARTÃO RESPOSTA, SOB PENA DE ELIMINAÇÃO NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO:**

A educação é fundamental para a sociedade.

3. O candidato recebeu este caderno de questões contendo 40 questões.

4. Após a autorização para início da prova, o candidato deverá fazer a conferência do caderno de questões, buscando verificar se possui a quantidade de questões previstas no edital de abertura de inscrições.

5. Caso a prova esteja com alguma falha relacionada a impressão, o candidato deverá solicitar uma nova prova para o Fiscal de Sala.

6. Não é permitida a comunicação entre os candidatos. É proibida também a utilização de qualquer tipo de equipamentos eletrônicos.

7. O tempo mínimo de permanência do candidato na sala de prova é de 01 (uma) hora após seu início. Porém, não poderá levar consigo o caderno de prova e nenhum tipo de anotação de suas respostas. Os candidatos poderão deixar o seu local de prova levando consigo o caderno de provas somente depois de decorrido o tempo de 2 (duas) horas de realização da prova. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento de candidato da sala de provas.

8. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao

conteúdo das provas. Não dobre, amasse ou escreva em seu Cartão de Resposta, apenas confira seus dados, leia as instruções com atenção para seu preenchimento e assine no local indicado, pois em hipótese alguma ele será substituído.

9. Será de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do Cartão Resposta. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com o Cartão Resposta tais como: marcação de dois ou mais campos referentes a um mesmo item, ausência de marcação nos campos referentes a um mesmo item, marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente.

10. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA** letra no Cartão de Resposta, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, **com caneta esferográfica de tinta azul ou preta**, fabricada em material transparente, de forma contínua e densa. A leitura óptica do Cartão de Resposta é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

11. O gabarito desta prova estará disponível na página oficial do processo seletivo simplificado no site da instituição, dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

12. O candidato poderá interpor recurso contra as questões desta prova dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

13. Toda e qualquer anormalidade acontecida durante a realização das provas, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que faça a observação na respectiva ata.

NOME DO CANDIDATO

CPF DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

AGUARDE A AUTORIZAÇÃO DO FISCAL PARA ABRIR ESTE
CADERNO DE QUESTÕES



LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I

Anestesia geral

A promiscuidade no Poder Judiciário é conhecida, com palestras para eventuais réus, caronas em jatinhos ou escritórios de cônjuges atuando nos tribunais de seus parceiros sem qualquer constrangimento ou suspeição

Rodrigo Constantino.

São R\$ 129 milhões! R\$ 3,6 milhões mensais. Eis o contrato entre o Banco Master e o escritório da família de Alexandre de Moraes a que a jornalista Malu Gaspar, de *O Globo*, teve acesso. Isso tudo para defender Daniel Vercaro em uma única causa, aparentemente, em que ele foi derrotado em duas instâncias. Talvez o valor “advocatício” do escritório esteja somente em causas no Supremo...

Malu voltou ao tema em outra coluna: “A atuação da advogada Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, em defesa do Banco Master, não é desconhecida apenas no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). No Banco Central, também não há registros de acesso da advogada, apesar de o contrato milionário firmado com o Master prever expressamente a atuação dela perante a instituição”.

Também de *O Globo*, Lauro Jardim comentou sobre o silêncio geral acerca do assunto explosivo: “Faz uma semana hoje que foi revelado, por Malu Gaspar, o valor do contrato que Viviane, mulher de Alexandre de Moraes, tinha com o Banco Master. Um total de R\$ 129 milhões em três anos ou R\$ 3,6 milhões mensais, sendo que R\$ 79 milhões foram efetivamente recebidos para atuar no Judiciário, MPF, PF, BC, Receita Federal, PGFN e Cade. Até agora, nem o escritório Barci de Moraes Sociedade de Advogados nem o ministro se manifestaram sobre o tema”.

Em qualquer país normal, essas informações seriam suficientes para uma hecatombe política! A promiscuidade no Poder Judiciário é conhecida, com palestras para eventuais réus, caronas em jatinhos ou escritórios de cônjuges atuando nos tribunais de seus parceiros sem qualquer constrangimento ou suspeição. Mas R\$ 3,6 milhões não é promiscuidade; é corrupção, e das grandes!

Nada disso parece importar. No lançamento do SBT News, lá estava Alexandre de Moraes como convidado de honra, com direito a discurso em que agradeceu ao presidente Lula pelo empenho em derrubar a Lei Magnitsky. O ministro celebrou a sua revogação numa festa com ícones dos três Poderes. Novamente, promiscuidade é pouco para descrever tanta indecência.

Na mesma semana, Moraes condenava Filipe Martins a mais de 20 anos de prisão, mesmo sem qualquer prova do crime. Ao contrário, a defesa apresentou fartas evidências de que o ex-assessor de Bolsonaro desejava aceitar o resultado das eleições, não saiu do país, não participou de qualquer reunião com os militares etc. Nada disso valeu qualquer coisa. Era um julgamento de cartas marcadas para punir um “ideólogo” brilhante do bolsonarismo.

Flávio Dino, o comunista, afirmou que foi um julgamento técnico, sem qualquer vingança, e Moraes endossou o mesmo discurso. Mas todos viram que foi um teatro soviético que instalou de vez no Brasil o “crime de opinião”. As trevas odeiam a luz, e Filipe foi perseguido justamente por incomodar a patota suprema com sua inteligência e sua firmeza moral. Ele não aceitou inventar delação contra um inocente e pagou por isso.

Enquanto Alexandre de Moraes segue praticando o mal, abusando dos direitos humanos, atropelando os demais poderes, perseguindo conservadores e ignorando o maior escândalo de corrupção do STF de que se tem notícia, o país se mostra sob anestesia geral. Uns fingem que há normalidade institucional no Brasil, outros até aplaudem Moraes, pois não gostam dos bolsonaristas. E o arbítrio avança a todo vapor e sem qualquer pudor.

Ninguém sabe como Moraes será parado. O que parece é que ele continua mais forte do que nunca, ainda mais com o recuo da cavalaria do Norte, num acordo em que provavelmente Lula rifou a soberania nacional em troca de favores do ministro todopoderoso, de olho na eleição de 2026. Quem, nesse cenário, acredita em eleição limpa, ainda mais com Flávio Bolsonaro disputando contra o sistema, demonstra muita ingenuidade.

Nada parece abalar o regime que tem em Moraes seu principal ícone. Se nem a Lei Magnitsky ou os R\$ 129 milhões de contrato com um banqueiro fraudador foram capazes de enfraquecer o apoio que Moraes recebe dos monstros do pântano, então, pelo visto, nada mais será capaz de derrotá-lo. Ao menos não no curto prazo. Só mesmo um milagre pode retirar as elites dessa anestesia geral. O risco é ser tarde demais...

Fonte: CONSTANTINO, Rodrigo. *Anestesia geral*. <https://revistaeste.com/revista/edicao-301/anestesia-geral/> (adaptado)

01. Sobre o texto I, é correto afirmar que:

- a) Faz uma denúncia sobre uma instância do Poder público a qual, de maneira escusa, favoreceu um ato ilícito e indevido.
- b) Expõe um “furo de reportagem” ao revelar, em primeira mão, um esquema ilícito de favorecimento judicial por tráfico de influência.
- c) Desconstrói uma denúncia feita por um veículo de comunicação o qual expôs o fato noticioso de maneira sensacionalista.
- d) Apresenta uma denúncia de corrupção, de maneira imparcial e objetiva, a respeito do favorecimento judicial como ato ilícito.
- e) Exime o Poder Judiciário e seus ministros da ilicitude sobre os atos denunciados e cometidos por tráfico de influência.

02. Sobre o texto I, avalie as afirmações abaixo antes de julgar o que se pede.

- I. O texto expõe a denúncia a respeito do crime de tráfico de influência para justificar o ato ilícito que ocorreu em troca de favorecimento judicial.
- II. Nota-se que o articulista apresentou o julgamento de Filipe Martins como contraponto à conduta do Poder Judiciário, tanto no que diz respeito ao senso de justiça, quanto ao preceito moral do condenado.
- III. O texto prescinde de críticas e análise do cenário político como forma de estender a denúncia feita sobre o Supremo Tribunal Federal.
- IV. O autor do texto defende a ideia de que a denúncia feita por *O Globo* é de linha sensacionalista ao favorecer o esquema denunciado.

Pode-se afirmar que está correto o que se afirmou somente em:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) II, III e IV.
- e) II e III.

03. Leia o fragmento abaixo antes de responder ao que se pede.



“Enquanto Alexandre de Moraes segue praticando o mal, abusando dos direitos humanos, atropelando os demais poderes, perseguindo conservadores e ignorando o maior escândalo de corrupção do STF de que se tem notícia, o país se mostra sob anestesia geral.”

Pelo contexto, a expressão em destaque significa uma crítica em relação à sociedade como um todo diante da denúncia feita. Assinale a alternativa que não representa essa ideia enquanto valor semântico.

- a) Inércia coletiva.
- b) Letargia social.
- c) Inação geral.
- d) Ausência de ânimo.
- e) Vigor coletivo.

04. Assinale a alternativa que apresenta todas as palavras acentuadas pela mesma regra segundo a Gramática Normativa.

- a) “soviético” – “ícone” – “também”.
- b) “escritório” – “família” – “Até”.
- c) “três” – “réus” – “só”.
- d) “país” – “derrotá-lo” – “também”.
- e) “pântano” – “ícone” – “ninguém”.

05. Leia as afirmações abaixo antes de julgar o que se pede.

() Em “A promiscuidade no Poder Judiciário é conhecida, com palestras para eventuais réus, caronas em jatinhos ou escritórios de cônjuges atuando nos tribunais de seus parceiros sem qualquer constrangimento ou suspeição”, a palavra em destaque reforça a crítica feita pelo articulista, na medida em que representa uma oposição lógica para a enumeração dos fatos expostos.

() Em “Nada disso parece importar. No lançamento do SBT News, lá estava Alexandre de Moraes como convidado de honra, com direito a discurso em que agradeceu ao presidente Lula pelo empenho em derrubar a Lei Magnitsky. O ministro celebrou a sua revogação numa festa com ícones dos três Poderes. Novamente, promiscuidade é pouco para descrever tanta indecência”, a parte em destaque reitera a crítica do articulista quanto à corrupção decorrente no âmbito político.

() Em “Em qualquer país normal, essas informações seriam suficientes para uma hecatombe política!”, o articulista inclui contextualmente o Brasil na afirmação destacada por eximi-lo do crime de tráfico de influência no Poder Judiciário, já que, diferentemente de ditaduras, o país se mantém como regime democrático.

() Em “Flávio Dino, o comunista, afirmou que foi um julgamento técnico, sem qualquer vingança, e Moraes endossou o mesmo discurso. Mas todos viram que foi um teatro soviético que instalou de vez no Brasil o ‘crime de opinião’”, o articulista expõe ironicamente que o Estado brasileiro prescinde de um Poder judiciário isento nos julgamentos feitos, uma vez que este preza por fatores como isonomia e imparcialidade nos julgamentos feitos.

() Em “Quem, nesse cenário, acredita em eleição limpa, ainda mais com Flávio Bolsonaro disputando contra o sistema, demonstra muita ingenuidade.”, o autor sugere, em consonância com o gênero textual criado, a opinião de que a expressão destacada não contradirá as denúncias apresentadas, reforçando a ideia do tráfico de influência instaurado no país, para beneficiar aliados e perseguir adversários.

Considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, pela ordem, a sequência correta do que se afirmou acima é:

- a) V – V – V – F – V.
- b) V – V – F – F – V.
- c) V – V – F – F – F.
- d) F – V – F – F – V.
- e) F – F – V – V – V.

06. Leia o fragmento:

“Na mesma semana, Moraes condenava Filipe Martins a mais de 20 anos de prisão, mesmo sem qualquer prova do crime. Ao contrário, a defesa apresentou fartas evidências de que o ex-assessor de Bolsonaro desejava aceitar o resultado das eleições, não saiu do país, não participou de qualquer reunião com os militares etc. Nada disso valeu qualquer coisa.”

Os elementos coesivos sequenciais servem para ligar de modo evidente as ideias estabelecidas entre as diferentes partes de um texto. A partir disso, nota-se que, no contexto em que se insere o período em destaque, poder-se-ia acrescentar antes dele um elemento adequado para a manutenção do seu valor semântico, o que se apresenta em:

- a) Portanto.
- b) Logo.
- c) Por isso.
- d) Todavia.
- e) Por conseguinte.

07. Leia o fragmento abaixo a fim de analisar o que se pede.

“Enquanto Alexandre de Moraes segue praticando o mal, abusando dos direitos humanos, atropelando os demais poderes, perseguindo conservadores e ignorando o maior escândalo de corrupção do STF de que se tem notícia, o país se mostra sob anestesia geral. Uns fingem que há normalidade institucional no Brasil, outros até aplaudem Moraes, pois não gostam dos bolsonaristas. E o arbítrio avança a todo vapor e sem qualquer pudor.”

Assinale a alternativa cuja palavra em destaque esteja classificada morfologicamente de modo incorreto entre parênteses.

- a) “Enquanto Alexandre de Moraes segue praticando o mal...” (Substantivo).
- b) “...atropelando os demais poderes[...].” (Pronome indefinido).
- c) “...o país se mostra sob anestesia geral.” (Preposição)
- d) “Uns fingem que há normalidade institucional no Brasil...” (Artigo indefinido).
- e) “...outros até aplaudem Moraes, pois não gostam dos bolsonaristas.” (Conjunção)

08. Leia as afirmações abaixo sobre elementos constitutivos do texto antes de julgar o que se pede.

I. Em “Um total de R\$ 129 milhões em três anos ou R\$ 3,6 milhões mensais, sendo que R\$ 79 milhões foram efetivamente recebidos para atuar no Judiciário, MPF, PF, BC, Receita Federal, PGFN e Cade.”, nota-se que as expressões em destaque sofreram o processo de Abreviação vocabular.

II. Em “Também de O Globo, Lauro Jardim comentou sobre o silêncio geral acerca do assunto explosivo...”, nota-se um equívoco gramatical, pois deveria haver a contração obrigatória



entre a Preposição “de” e o Artigo definido “O”, possibilitando a escrita do trecho da seguinte forma: “Também **do Globo**”.

III. Em “*Em qualquer país normal, essas informações seriam **suficientes** para uma hecatombe política!*”, a expressão destacada é um adjetivo que passaria a sofrer o processo de derivação imprópria caso o fragmento fosse reescrito da seguinte forma “...essas informações seriam o **suficiente** para uma hecatombe política!”, não prejudicando o sentido do contexto.

IV. Em “*Ninguém sabe **como** Moraes será parado.*”, o elemento em destaque funciona como uma conjunção integrante, já que inicia uma oração subordinada substantiva no contexto em relação à oração principal antecedente.

Pode-se dizer que está correto o que se afirmou somente em:

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) I, II e IV.
- d) II, III e IV.
- e) I e III.

09. Assinale a alternativa cuja indicação sintática entre parênteses esteja incorreta para o termo destacado.

- a) “Talvez o valor “**advocatício**” do escritório esteja somente em causas no Supremo...” (Adjunto adnominal).
- b) “No Banco Central, também não há registros **de acesso da advogada**...” (Complemento nominal)
- c) “Enquanto Alexandre de Moraes segue praticando o mal, abusando **dos direitos humanos**...” (Objeto indireto).
- d) “**Ninguém** sabe como Moraes será parado.” (Sujeito).
- e) “**Nada** parece abalar o regime que tem em Moraes seu principal ícone.” (Objeto direto).

10. Leia o fragmento abaixo antes de avaliar o que se pede:

Malu voltou ao tema em outra coluna: “A atuação da advogada Viviane Barci de Moraes, mulher do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, em defesa do Banco Master, não é desconhecida apenas no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). No Banco Central, também não há registros de acesso da advogada, apesar de o contrato milionário firmado com o Master prever expressamente a atuação dela perante a instituição”.

() Nota-se que as aspas presentes isolam uma fala a qual não pertence ao autor do texto, justificando-se, desse modo, por reproduzir um discurso direto.

() O termo “mulher do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes” encontra-se isolado obrigatoriamente por vírgulas por se tratar de um Aposto explicativo.

() O termo “No Banco Central” está isolado por uma vírgula facultativa por exercer a função sintática de Adjunto adnominal no contexto.

() A vírgula usada antes de “apesar de o contrato milionário firmado com o Master prever expressamente a atuação dela perante a instituição” se justifica por isolar uma oração subordinada adverbial concessiva.

Considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, pode-se dizer que, pela ordem, a sequência correta é:

- a) V – V – V – V.
- b) F – V – F – V.
- c) V – V – F – V.
- d) F – F – V – F.

e) V – V – F – F.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Resolva a equação:

$$\log (x) + \log (x - 21) = 2$$

Qual é o valor de x?

- a) 20
- b) 30
- c) 26
- d) 29
- e) 25

12. Em uma sorveteria artesanal, o dono está testando um novo modelo de casquinha de sorvete em formato de cone. Para saber quanto sorvete cabe em cada casquinha, ele precisa calcular o volume interno do cone. A casquinha tem 12 cm de altura e 5 cm de raio na abertura superior. Considerando $\pi = 3,14$, qual é o volume de sorvete que a casquinha consegue comportar?

- a) 314 cm³ (gabarito)
- b) 376,8 cm³
- c) 628 cm³
- d) 942 cm³
- e) 1256 cm³

13. Um professor afirma: “Se os atletas treinam com regularidade, então terão um bom desempenho na prova. Os atletas não treinam com regularidade. Portanto, os atletas não terão um bom desempenho na prova.”. **Com base na estrutura lógica do argumento, é correto afirmar que a conclusão do professor é:**

- a) Válida, pois nega a hipótese e nega a conclusão.
- b) Inválida, pois comete a falácia de negar o antecedente.
- c) Válida, pois afirma a consequência.
- d) Válida, pois segue o modus tollens.
- e) Inválida, pois comete a falácia de afirmar o consequente

14. Uma empresa de entregas está analisando o crescimento do número de pacotes transportados ao longo dos meses. Eles registraram a quantidade de pacotes enviados nos primeiros seis meses do ano: 7; 10; 16; 28; 52; 100; ?

O gerente percebeu que o crescimento segue um padrão lógico, e quer prever o número de pacotes do próximo mês. Com base na sequência, qual deve ser o valor do próximo termo?

- a) 180
- b) 196
- c) 204
- d) 212
- e) 220

15. Considere a expressão algébrica:

$$x^2 - 14x + 49$$

Sabendo que ela pode ser fatorada utilizando um produto notável, determine sua forma fatorada.

- a) $(x-5)^2$
- b) $x(x-14)^2$
- c) $(x+7)$



- d) $(x-14)^2$
e) $(x-7)^2$

CONHECIMENTOS GERAIS

16. O desenvolvimento territorial do município de Mirante-BA está diretamente relacionado ao seu processo de vinculação administrativa e à reorganização espacial do território ao longo do século XX. Considerando esse contexto histórico, assinale a alternativa correta.

- a) O desenvolvimento territorial de Mirante ocorreu de forma isolada, sem qualquer vínculo administrativo com outros municípios da região.
b) O território de Mirante integrou, historicamente, o município de Boa Nova, tendo seu crescimento territorial condicionado às decisões administrativas desse ente.
c) Mirante desenvolveu-se territorialmente a partir de um projeto estadual de urbanização planejada, com delimitação territorial prévia à ocupação populacional.
d) A consolidação territorial de Mirante ocorreu ainda no período colonial, com limites definidos por sesmarias e capitanias hereditárias.
e) O desenvolvimento territorial de Mirante decorreu exclusivamente de sua emancipação política, inexistindo ocupação ou organização territorial anterior.

17. O processo de desenvolvimento territorial de Mirante-BA envolveu alterações administrativas e redefinições espaciais ao longo do tempo. Sobre esse processo, assinale a alternativa correta.

- a) O território de Mirante manteve a mesma denominação e organização territorial desde sua formação inicial, sem alterações administrativas relevantes.
b) O desenvolvimento territorial de Mirante foi marcado por sucessivas mudanças de nome e status administrativo, refletindo o crescimento populacional e a organização do espaço local.
c) A organização territorial de Mirante foi definida exclusivamente por critérios econômicos ligados à industrialização regional.
d) A consolidação territorial de Mirante ocorreu apenas após a instalação de infraestrutura ferroviária e portuária na região sudoeste da Bahia.
e) O desenvolvimento territorial de Mirante não sofreu influência da expansão agropecuária, sendo resultado exclusivo da atividade comercial urbana.

18. À luz do Capítulo III – Dos Bens Municipais da Lei Orgânica do Município de Mirante/BA, assinale a alternativa correta quanto à classificação dos bens municipais.

- a) São bens municipais apenas os bens imóveis pertencentes ao Município, excluídos os bens móveis e os direitos patrimoniais.
b) Integram os bens municipais as rendas provenientes do exercício de atividades e da prestação de serviços públicos.
c) Os bens municipais restringem-se aos bens de uso comum do povo, não abrangendo bens dominicais.
d) As águas localizadas no território municipal não podem ser consideradas bens municipais, por pertencerem exclusivamente à União.
e) Apenas os bens adquiridos por meio de licitação integram o patrimônio municipal.

19. De acordo com o Capítulo III – Dos Bens Municipais da Lei Orgânica do Município de Mirante/BA, no que se refere à alienação, ao gravame ou à cessão de bens municipais, assinale a alternativa correta.

- a) A alienação de bens municipais independe da demonstração de interesse público, desde que precedida de avaliação.
b) A doação de bens imóveis municipais pode ocorrer livremente, sem imposição de encargos ao donatário.
c) A alienação, o gravame ou a cessão de bens municipais exigem interesse público devidamente justificado e observância das exigências legais.
d) A alienação de bens móveis municipais é sempre dispensada de licitação, independentemente da finalidade.
e) A concessão de uso de bens municipais dispensa autorização legislativa em qualquer hipótese.

20. Em dezembro de 2025, um evento de grande impacto econômico e social ocorreu no Brasil: um apagão nacional que afetou todos os estados e o Distrito Federal. Segundo informações apuradas, esse blackout teve como causa principal:

- a) Falta de geração de energia por esgotamento das barragens hidrelétricas.
b) Ataque cibernético coordenado contra o Sistema Interligado Nacional.
c) Incêndio em um transformador de subestação que interrompeu o fluxo de energia elétrica.
d) Greve dos trabalhadores das distribuidoras de energia.
e) Restrição internacional no fornecimento de combustíveis fósseis.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Durante uma ação de busca ativa realizada em um território atendido pelo CRAS, o abordador social identifica uma família composta por um casal e duas crianças de 2 e 5 anos. A família vive em moradia precária, possui renda instável e depende de trabalhos informais, porém demonstra cuidado cotidiano com as crianças, presença de vínculos afetivos, interesse em participar das atividades do CRAS e em acessar programas sociais. Não há indícios de negligência, violência ou violação de direitos. Considerando os fundamentos da assistência social e a organização do SUAS, a intervenção mais adequada é:

- a) Encerrar o acompanhamento por inexistência de demanda formal.
b) Solicitar aplicação de medida protetiva judicial.
c) Encaminhar as crianças para acolhimento institucional.
d) Acionar o Conselho Tutelar por situação de pobreza.
e) Inserir a família na proteção social básica, com acompanhamento preventivo e fortalecimento de vínculos.

22. Em determinado acompanhamento familiar, o abordador social identifica uma criança de 6 anos que apresenta sinais recorrentes de abandono escolar, alimentação inadequada e ausência de supervisão adulta, além de relatos de vizinhos sobre longos períodos em que a criança permanece sozinha. Nessa situação, já se observa ameaça concreta aos direitos da criança. À luz da Política Nacional de Assistência Social, essa realidade demanda atuação prioritária da:

- a) Proteção social básica, sem necessidade de outros encaminhamentos.



- b) Política educacional exclusivamente.
- c) Proteção social especial, devido à violação de direitos.
- d) Previdência social.
- e) Assistência social apenas por meio de benefícios financeiros.

23. Durante visitas domiciliares periódicas, o abordador social observa que uma criança de 4 anos permanece sozinha em casa durante parte do dia, enquanto a responsável sai para trabalhar, sem organização de cuidados alternativos. Não há agressões físicas, mas a criança fica exposta a riscos domésticos, como objetos cortantes e fogão. Considerando o Estatuto da Criança e do Adolescente, essa situação caracteriza principalmente:

- a) Autonomia infantil compatível com a idade.
- b) Vulnerabilidade econômica sem repercussão social.
- c) Exercício do direito de ir e vir.
- d) Negligência, pela ausência de cuidados adequados.
- e) Prática educativa aceitável.

24. O Marco Legal da Primeira Infância estabelece que as políticas públicas voltadas às crianças de 0 a 6 anos devem considerar a importância desse período para o desenvolvimento humano. Nesse sentido, a legislação orienta que as ações do Estado:

- a) Se iniciem apenas após o nascimento da criança.
- b) Se restrinjam às áreas de saúde e educação.
- c) Se organizem de forma integrada, desde a gestação.
- d) Se concentrem apenas na criança, sem envolver a família.
- e) Se limitem à oferta de benefícios financeiros.

25. Durante o acompanhamento de uma família pelo CRAS, o abordador social percebe que os responsáveis demonstram afeto e interesse pelo bem-estar da criança de 3 anos, porém desconhecem práticas adequadas de estímulo à linguagem, à autonomia e à interação social. Não há indícios de violência ou negligência grave. Essa situação evidencia que a função protetiva da família:

- a) Está completamente ausente.
- b) Deve ser substituída por acolhimento institucional.
- c) Não é objeto de intervenção da assistência social.
- d) É suficiente e não exige acompanhamento.
- e) Pode ser fortalecida por meio de orientação e apoio técnico.

26. No processo de acompanhamento familiar, o abordador social identifica que a família não possui inscrição atualizada no Cadastro Único, o que dificulta o acesso a programas e benefícios sociais. Considerando a função do CadÚnico no âmbito da assistência social, é correto afirmar que ele:

- a) Serve para fiscalizar o comportamento das famílias.
- b) Garante automaticamente o acesso a todos os benefícios.
- c) Substitui o acompanhamento realizado pelo CRAS.
- d) Identifica e caracteriza famílias de baixa renda para inclusão em políticas públicas.
- e) É exclusivo para programas da área da saúde.

27. O Programa Criança Feliz foi implantado com o objetivo de fortalecer a atenção à primeira infância no SUAS. Na prática cotidiana do abordador social, esse programa se caracteriza principalmente pela:

- a) Oferta de vagas em instituições de acolhimento.
- b) Transferência direta de renda às famílias.
- c) Fiscalização das famílias beneficiárias.

- d) Realização de visitas domiciliares planejadas, com foco no desenvolvimento infantil e nos vínculos familiares.
- e) Substituição das ações do CRAS.

28. Durante uma visita domiciliar, o abordador social identifica que uma gestante em situação de vulnerabilidade não realiza acompanhamento pré-natal por falta de informação e dificuldades de acesso aos serviços públicos. À luz da articulação entre políticas públicas, a conduta mais adequada é:

- a) Registrar a situação e aguardar demanda espontânea.
- b) Aplicar medida punitiva à gestante.
- c) Encaminhar a gestante à rede de saúde e orientá-la sobre seus direitos.
- d) Solicitar acolhimento institucional do bebê.
- e) Acionar imediatamente o Judiciário.

29. O Benefício de Prestação Continuada, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, integra a proteção social não contributiva. Sobre esse benefício, é correto afirmar que:

- a) Exige contribuição prévia à Previdência Social.
- b) É temporário e condicionado à frequência escolar.
- c) Pode ser acumulado com aposentadorias.
- d) Destina-se exclusivamente a famílias com crianças.
- e) Garante um salário mínimo mensal à pessoa idosa ou com deficiência em situação de vulnerabilidade.

30. Durante uma abordagem social, o profissional identifica indícios consistentes de violação de direitos envolvendo uma criança pequena. Considerando o papel do abordador social no SUAS, a conduta adequada é:

- a) Resolver a situação apenas no âmbito familiar.
- b) Registrar o caso e acionar a rede de proteção, conforme os fluxos institucionais.
- c) Determinar imediatamente o acolhimento institucional.
- d) Ignorar a situação para preservar o vínculo.
- e) Evitar o registro formal da ocorrência.

31. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, o acolhimento institucional deve ser utilizado apenas quando esgotadas outras possibilidades, sendo caracterizado como:

- a) Medida permanente.
- b) Primeira resposta do Estado.
- c) Instrumento de punição à família.
- d) Medida provisória e excepcional.
- e) Procedimento automático diante da pobreza.

32. Em determinado município, uma criança de 5 anos precisou ser afastada temporariamente da família de origem por decisão judicial, após esgotadas as possibilidades imediatas de permanência no núcleo familiar. Durante o estudo do caso, a equipe técnica avaliou que a criança apresenta fortes vínculos afetivos e necessita de convivência familiar individualizada para minimizar impactos emocionais. Considerando as diretrizes do ECA, da Política Nacional de Assistência Social e da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, a modalidade de acolhimento prioritária nessa situação é a Família Acolhedora, pois:

- a) Reduz custos administrativos.
- b) Substitui o processo de adoção.
- c) Dispensa acompanhamento técnico continuado.
- d) Elimina a possibilidade de retorno à família de origem.



e) Favorece a convivência familiar e comunitária, essencial ao desenvolvimento infantil.

33. Durante uma visita domiciliar realizada no âmbito do CRAS, o abordador social percebe que a família demonstra resistência inicial em relatar suas dificuldades, por medo de julgamentos ou punições. Ao longo do atendimento, o profissional adota uma postura acolhedora, respeitosa e atenta, permitindo que os responsáveis se expressem livremente sobre sua realidade. Essa postura caracteriza a escuta qualificada, que consiste em:

- a) Direcionar rigidamente a fala do usuário.
- b) Ouvir com atenção, respeito e sem julgamentos, compreendendo a realidade da família.
- c) Coletar apenas dados objetivos.
- d) Evitar a participação dos membros da família.
- e) Encerrar rapidamente o atendimento.

34. Após a realização de várias visitas domiciliares, o abordador social reúne informações sobre a composição familiar, condições de moradia, vínculos afetivos, acesso a políticas públicas e possíveis situações de risco social. Esses dados precisam ser registrados de forma clara e organizada. O registro adequado dessas informações é fundamental porque:

- a) Serve apenas para controle administrativo.
- b) É facultativo ao profissional.
- c) Substitui a atuação da rede intersetorial.
- d) Garante continuidade do acompanhamento e subsidia decisões técnicas.
- e) Deve conter apenas percepções pessoais.

35. A Constituição Federal de 1988 consolidou a doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente. O artigo 227 estabelece que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, com prioridade absoluta:

- a) Apenas o direito à educação.
- b) Direitos condicionados à renda familiar.
- c) Proteção apenas em situações extremas.
- d) Atendimento restrito ao Poder Judiciário.
- e) A efetivação de direitos fundamentais, com prioridade nas políticas públicas.

36. No atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade, o abordador social atua conforme os princípios definidos pela Lei Orgânica da Assistência Social. Segundo a LOAS, a assistência social se caracteriza por:

- a) Não exigir contribuição prévia do cidadão.
- b) Ter caráter exclusivamente filantrópico.
- c) Atuar apenas em situações emergenciais.
- d) Ser benefício restrito à União.
- e) Substituir a responsabilidade da família.

37. A Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais organiza e padroniza os serviços ofertados no âmbito do SUAS. Seu principal objetivo é:

- a) Criar novos programas federais.
- b) Regular apenas serviços de acolhimento.
- c) Padronizar e organizar os serviços socioassistenciais.
- d) Substituir a legislação municipal.
- e) Excluir ações preventivas.

38. Durante o acompanhamento familiar, o abordador social identifica isolamento social, fragilidade de vínculos

comunitários e desconhecimento de direitos. Esses elementos caracterizam uma situação de:

- a) Autonomia social.
- b) Inclusão comunitária.
- c) Proteção integral.
- d) Vulnerabilidade social.
- e) Exercício pleno da cidadania.

39. Ao orientar famílias com crianças pequenas, o abordador social reforça práticas como brincar, conversar, estimular a linguagem e incentivar a convivência comunitária. Essas ações estão relacionadas ao desenvolvimento infantil integral, que:

- a) Restringe-se ao crescimento físico.
- b) Independe do contexto familiar.
- c) Inicia apenas após os 6 anos.
- d) Depende exclusivamente da escola.
- e) Envolve dimensões físicas, emocionais, cognitivas e sociais.

40. No exercício de suas funções, o abordador social deve orientar sua atuação por princípios éticos e técnicos do SUAS, assegurando a dignidade dos usuários e a efetividade da política pública. Entre esses princípios destaca-se:

- a) Julgamento moral das famílias.
- b) Controle social e punição.
- c) Intervenções isoladas.
- d) Defesa de direitos, ética profissional e trabalho articulado em rede.
- e) Prioridade à fiscalização.



Confidencial até o momento da aplicação.